



Demissões em massa preocupam na Axia Eletrobras Sul
Página 2



Cerej: Categoria aprova contraproposta ao ACT 2026/2027
Página 2



www.linhaviva.org.br

CELESC

Assembleia Estadual dos Empregados da Celesc será realizada nesse sábado, dia 1º

EVENTO EM CAPIVARI DE BAIXO DEVERÁ REUNIR CERCA DE 200 PESSOAS, ENTRE DELEGADOS E CONVIDADOS



O ponto alto da campanha de data-base do Acordo Coletivo de Trabalho 2026/2027 na Celesc será realizado nesse sábado dia 1º de agosto: A Assembleia Estadual reúne

celesquianas e celesquianos todos os anos não somente para debaterem e votarem a Pauta de Reivindicações da categoria, mas também para um momento de diálogo, reflexão sobre os problemas comuns enfrentados pelos trabalhadores e, principalmente, de confraternização.

A Assembleia desse sábado será realizada no Parque Diamante + Energia, localizado na **Rua General Osvaldo Pinto da Veiga, 1, em Capivari de Baixo**. O evento será iniciado às 9h com as manifestações dos políticos convidados. Todos os líderes de partidos na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, além do prefeito do município que sedia o evento, foram convidados e terão um espaço de fala de até cinco minutos.

Após a abertura e manifestações dos políticos presentes, a mesa passará a debater cláusula a cláusula junto aos delegados eleitos para votarem na Assembleia. Este ano serão trinta delegados representando cada sindicato e cada região do estado.

Um ponto importante, para quem participa da Assembleia Estadual pela primeira vez, é que não será permitida

a inclusão de cláusulas novas na Pauta de Reivindicações durante a Assembleia Estadual. Conforme ocorre todos os anos - e foi divulgado em edições anteriores do Linha Viva -, o momento para os trabalhadores trazerem sugestões de cláusulas novas era nas Assembleias Regionais, realizadas no início de julho em todas as Agências e Administração Central. Na Assembleia Estadual, o processo é de votação das cláusulas já existentes e também das cláusulas divergentes que vieram das Assembleias Regionais.

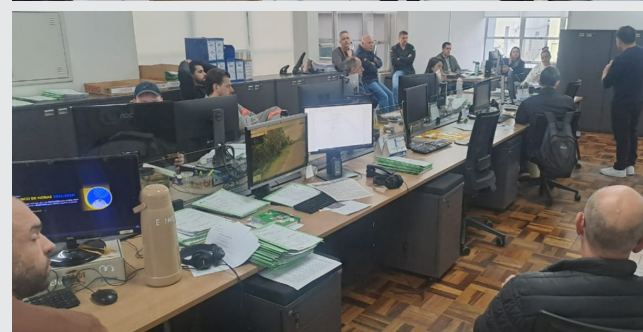
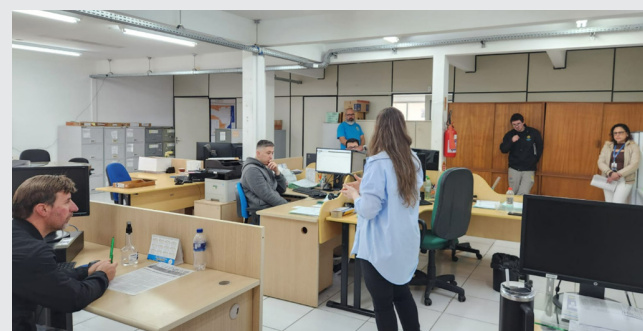
Por isso a participação da categoria é tão importante: Pois uma cláusula que foi aprovada na Assembleia Regional pode não ser aprovada pela maioria dos delegados presentes na Assembleia Estadual.

Após a aprovação da Pauta de Reivindicações, os sindicatos que compõem a Intercel se reunirão no início da próxima semana para realizar a sistematização da Pauta. A entrega ao presidente da Celesc, Edson Moritz, está agendada para a próxima quarta-feira, dia 5 de agosto. As negociações estão marcadas para iniciar no dia 12 de agosto, na Administração Central.

Sindicatos promovem Caravana da Intercel

Os sindicatos da Intercel visitaram na semana passada postos de trabalho da Celesc em todas as Agências Regionais e na Administração Central com a Caravana da Intercel. A Caravana é uma percorrida anual que antecede a Assembleia Estadual dos empregados da Celesc. Nela, os sindicatos apresentam as expectativas e alinham o discurso junto aos celesquianos sobre as negociações do Acordo Coletivo de Trabalho.

A dirigente do STIEEL, Prícila Baldissera Kozlow, elogiou a participação da categoria na Caravana desse ano: "Ficamos satisfeitos de ver celesquianas e celesquianos participando em grande número da Caravana e demonstrando interesse na campanha de data-base e em participar de forma efetiva na conquista de direitos. É fundamental que **o trabalhador e a trabalhadora tenham em mente que são protagonistas das lutas e que sem eles, o sindicato não consegue avançar**. Precisamos seguir com esse sentimento durante toda a campanha de data-base".



Categoria aprova contraproposta ao ACT 2026/2027

Data-base dos trabalhadores da Cerej era dia primeiro de maio



Após um dos períodos de negociação mais longos entre a Cerej e o Sinergia, finalmente trabalhadores e trabalhadoras apreciaram e aprovaram a contraproposta ao Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2026/2027.

O Sinergia promoveu na semana passada três assembleias com trabalhadores: Na sede da Cerej, em Biguaçu, no posto de atendimento de Aguti, em Nova Trento, e no posto de atendimento de Pinheiral, em Major Gercino.

MARCHA DOS CATARINENSES

Classe trabalhadora volta às ruas na 6ª Marcha dos Catarinenses

Ato reúne centrais sindicais e movimentos populares em defesa de direitos, dos serviços públicos e de um projeto de desenvolvimento para SC



No dia 18 de agosto, a classe trabalhadora catarinense tem um encontro marcado nas ruas de Florianópolis. A 6ª Marcha dos Catarinenses reunirá trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, movimentos sociais e populares e as principais centrais sindicais do estado em defesa dos direitos sociais, da democracia e de um projeto de desenvolvimento que priorize a população e os serviços públicos.

Construída de forma unificada pelas centrais CUT, CTB, CSB, Nova Central, Intersindical, UGT e Força Sindical, a Marcha marca o início de um importante período de mobilização em Santa Catarina e reforça a necessidade de organização da classe trabalhadora diante dos desafios impostos aos direitos sociais e traba-

no. A contraproposta da empresa foi aprovada pela maioria dos trabalhadores presentes.

Entre os pontos de avanço destacados pelo sindicato, estão a manutenção das cláusulas do Acordo 2025/2026 e reajuste pela inflação com ganho real nas cláusulas financeiras, totalizando 6,5%.

O dirigente do Sinergia Carlos Alberto de Souza, que participou das negociações, destaca os avanços: “Apesar de ter sido uma negociação mais difícil que em anos anteriores, onde tivemos a necessidade de pedir a mediação da Superintendência do Ministério do Trabalho e Emprego, a proposta final foi positiva, em nossa avaliação”. Carlos destaca que houve pequenas mudanças em duas cláusulas e que o sindicato acompanhará as alterações não trarão prejuízos aos trabalhadores: “A cláusula da Pré-Aposentadoria

e a cláusula de Danos Causados pelos Trabalhadores tiveram mudança de redação a pedido da empresa. Nós vamos acompanhar de perto para que nenhum trabalhador saia prejudicado com as mudanças propostas”.

Já o dirigente Leonardo Contin, que também participou das negociações representando o sindicato, apela para que no próximo ano a empresa deixe a agenda reservada para o mês de abril para as negociações do Acordo Coletivo: “**Tivemos uma série de desgastes nas negociações em função da empresa não ter reservado datas no final de abril para as negociações.** O papel do sindicato é resguardar os direitos dos trabalhadores. E não há como o sindicato silenciar ou se omitir sabendo que a vigência do Acordo está chegando ao fim e a negociação não foi realizada. A categoria não pode ficar nem um

dia sem a vigência do Acordo Coletivo”.

Leonardo também lembra os desafios que a empresa precisa estudar para o próximo ano: “Em todas as assembleias, a categoria relatou a necessidade de implementação de um Plano de Cargos e Salários e do anuênio. A Cerej precisa se organizar minimamente no próximo ano para atender a esse pleito, sob risco de perder profissionais talentosos e experientes”.



AXIA

Demissões na Eletrobras Axia preocupam a categoria

Eletrobras Axia precisa interromper as demissões em massa e respeitar seus trabalhadores e trabalhadoras para SC

A Eletrobras Axia enfrenta denúncias de um amplo processo de demissões que tem gerado preocupação entre trabalhadores e entidades sindicais. Segundo relatos, os desligamentos vêm ocorrendo de forma contínua, semana após semana, atingindo profissionais com anos de experiência na empresa, muitos deles aprovados em concursos públicos ao longo da história da Eletrobras.

Para os representantes dos trabalhadores, a empresa está dispensando profissionais que acumularam conhecimento técnico e contribuíram para a construção de um sistema elétrico estratégico para o desenvolvimento do País. As entidades criticam a falta de transparência sobre os critérios adotados para os desligamentos e afirmam que o processo ocorre sem diálogo com os sindicatos.

A situação é considerada ainda mais grave na Axia Sul. De acordo com denúncias apresentadas pelos trabalhadores, **as demissões estariam atingindo, em maior proporção, as mulheres, ampliando a desigualdade de gênero em um setor que historicamente já possui predominância masculina.**

As entidades sindicais alertam que os impactos das demissões vão além da perda dos postos de trabalho. Segundo

elas, **cada desligamento afeta famílias, interrompe projetos de vida e reduz a capacidade técnica da empresa, podendo comprometer a qualidade dos serviços prestados à população.**

Diante do cenário, os trabalhadores reivindicam a suspensão imediata das demissões, a abertura de negociação com as entidades sindicais e a divulgação dos critérios utilizados pela empresa para definir os desligamentos. Também cobram a publicação de informações detalhadas sobre o perfil dos trabalhadores demitidos, incluindo dados de gênero, raça, idade, tempo de empresa e local de atuação, além da adoção de medidas efetivas para enfrentar a desigualdade de gênero.

As entidades também convocam movimentos sociais, parlamentares, organizações de mulheres e a sociedade a acompanhar a situação e pressionar por mais transparência e respeito aos direitos dos trabalhadores.

Para os representantes da categoria, a defesa dos empregos e da experiência acumulada pelos profissionais da Eletrobras também representa a defesa da qualidade dos serviços públicos de energia e do patrimônio construído pela classe trabalhadora.



FIQUE POR DENTRO DAS NOVIDADES

SETUP: Sinergia aguarda SRTE

O Sinergia aguarda o agendamento pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Santa Catarina para o agendamento de nova reunião com a direção da SETUP. O tema do encontro será a **representação sindical dos trabalhadores** da SETUP que atuam no ramo elétrico. Após uma greve de dez dias no mês de junho, os trabalhadores seguem sem conhecer o Acordo Coletivo e sem uma série de direitos. Após a greve, novos casos de perseguição e até de demissão vieram à tona. Trabalhadores estão se organizando para ingressar com ações judiciais questionando as perseguições e as injustas demissões.

Pressão pelo banco de horas

Trabalhadores da Administração Central da Celesc, em contato com o Linha Viva, reclamaram de determinadas gerências, que estariam fazendo uma pressão exagerada para que seu banco de horas seja esvaziado o quanto antes. De acordo com pelo menos três relatos, o tom utilizado foi acima do necessário.

Compromisso com a Celesc Pública: Intercel buscará candidatos ao governo do Estado

Os sindicatos da Intercel buscam, assim que forem homologadas as candidaturas para o pleito de 2026, os postulantes ao governo do Estado de Santa Catarina para que assinem o compromisso de manutenção da Celesc Pública, se eleitos. A busca pela assinatura dos candidatos ao Palácio d'Agrônoma é uma prática realizada pela Intercel há diversos pleitos. Todas as candidaturas ao governo serão procuradas, independente de cor partidária. Os sindicatos darão publicidade nas próximas edições do Linha Viva aos candidatos que assumiram o compromisso público de manter a Celesc enquanto empresa estatal durante o seu mandato, se eleitos.

FESUL, uma conquista dos urbanitários do Sul do Brasil

Federação criada em Florianópolis obteve o seu Certificado Sindical junto ao MTE

A Federação Interestadual dos Urbanitários do Sul do Brasil – FESUL obteve o reconhecimento do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) tendo sido publicado no dia 07/07/2026, no Diário Oficial da União (DOU) o deferimento do Pedido de Registro Sindical da FESUL, para unir e representar entidades sindicais dos setores de Energia, Gás, Saneamento, e Meio Ambiente nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. A FESUL se constitui portanto numa Entidade Sindical de Grau Superior que representa de fato e de direito a unificação das lutas das Entidades Sindicais Urbanitárias nos três estados do Sul do Brasil.

A Federação teve sua Assembleia de fundação realizada em Florianópolis no dia 27/07/2024 e há cerca de dois anos busca obter o Registro Sindical, junto ao MTE. Os Sindicatos fundadores da FESUL são nove Sindicatos da região Sul do Brasil, sendo sete sindicatos de Eletricitários e mais dois sindicatos do setor de saneamento, mas a Federação também tem a prerrogativa de filiar novos sindicatos, incluindo os setores de Gás e de Meio Ambiente. A Diretoria Provisória foi eleita na Assembleia de Fundação, e a Presidência atual é ocupada por Cecy Marimon, do Sinergia – com mandato até 27/07/2027.

A obtenção do registro sindical representa, portanto, um marco na consolidação do projeto de unidade dos trabalhadores Urbanitários. Este projeto no Sul também é parte do Projeto Sindical da CUT que há mais de duas décadas, busca a unidade nacional dos Urbanitários em uma Confederação Nacional composta por diversas Federações Regionais, com o objetivo de unificar e fortalecer a luta da classe trabalhadora, por meio da organização, apoio, orientação para as diversas Federações e Sindicatos de Urbanitários em todo o País, facilitando a construção de mobilizações, campanhas, articulações políticas e ampliando espaços de debate na defesa dos trabalhadores e da população brasileira de modo geral. Veja abaixo outros marcos importantes da consolidação deste projeto, acompanhando os principais fatos em ordem cronológica:

2006 - O País ainda vivia sob os impactos nefastos da ascensão do neoliberalismo nos anos 90, que fortaleceu diversos setores da sociedade que persistiram até os dias de hoje nos ataques aos direitos trabalhistas, novas tentativas de privatização e desmonte dos serviços públicos. Era necessária uma resposta dos trabalhadores. E os Urbanitários, na época organizados dentro da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), seguindo a orientação do Projeto Sindical da CUT, intensificaram os Debates para a criação de uma Confederação de Urbanitários com abrangência nacional.

2007 – Durante o 7º ENU – Encontro Nacional dos Urbanitários, organizado pela FNU, foi constituída uma comissão para viabilizar a Confederação Nacional dos Urbanitários. Uma das questões identificadas pela comissão, a partir de 2008 foi a necessidade da criação de outras duas Federações, para junto com a FNU completar o mínimo de três Federações exigidas para a constituição de uma Confederação, de acordo com a legislação.

2008 – Os sindicatos da região Sul do Brasil foram pioneiros na tentativa de implantação do projeto. Em 14/10/2008, no salão social do SINEFI - Sindicato dos Eletricitários de Foz do Iguaçu – PR, foi fundada a Federação Sul dos Urbanitários (FSU), a primeira Federação Regional criada dentro da estratégia sindical da CUT com a finalidade específica de construção da CNU. Após alguns anos tramitando, esta Federação Sul viria a fracassar pois teve negado e arquivado em definitivo seu Pedido de Registro Sindical pelo Ministério do Trabalho em 2015.

2009 – Fundada a Federação dos Urbanitários do Nordeste (FRUNE). Neste caso, a estratégia funcionou, mas o registro sindical só foi obtido em 2015, seis anos depois.

2015 – Junto ao 20º Congresso da FNU, realizado em Florianópolis, de 10 a 14 de agosto de 2015, foi eleita a 1ª Direção Provisória para a CNU. Em dezembro deste mesmo ano foi fundada a Federação dos Urbanitários do Centro Norte (FURCEN), cujo Registro Sindical só foi obtido dois anos depois, em dezembro de 2017.

2017 – Fundada a Federação dos Urbanitários do Norte (FTIUN), cujo pedido de Registro Sindical não obteve sucesso e acabou sendo arquivado em 2020.

2018 – Foi fundada a Federação dos Urbanitários do Sudeste (FRUSE), e o respectivo Registro Sindical foi obtido somente três anos depois em 2021.

2018 – No 21º Congresso da FNU, foi reafirmada pelos Urbanitários a estratégia para a fundação definitiva da CNU.

2019 – Com 03 Federações detentoras dos respectivos Registros Sindicais, FNU, FRUNE e FURCEN, foi fundada em definitivo a Confederação Nacional dos Urbanitários (CNU) no dia 19 de dezembro de 2019 em Brasília – DF. A nova Diretoria Provisória teve mandato estabelecido até 18/12/2023.

2024 – Em um novo movimento dos sindicatos do sul do Brasil, incluindo os sindicatos da Intersul e outros sindicatos do Sul, em 28/07/2024, foi fundada em Florianópolis – SC a Federação Interestadual dos Urbanitários do Sul (FESUL) e o Registro Sindical finalmente concedido pelo MTE dois anos após, em 07/07/2026.

2024 – A CNU obteve o seu Registro Sindical concedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com base territorial em todos os Estados do Brasil. A FRUSE já havia se incorporado à CNU.

2025 – A FESUL, mesmo sem o registro sindical deferido, passa a integrar a CNU.

2026 – Registro Sindical da FESUL concedido pelo MTE. Infelizmente nos passos finais da consolidação do projeto sindical que durou anos de luta pela sua organização, a FNU que ocupou por anos a lacuna deixada pela ausência de uma Confederação Nacional, optou pela desfiliação da CNU, abandonando o projeto de unidade construído até aqui. No entanto o projeto de unidade continua firme e forte e a luta em defesa dos Urbanitários, de toda a classe trabalhadora e da sociedade brasileira em geral, tem na CNU um pilar. A CNU conta atualmente com quatro Federações Regionais ativas e devidamente regularizadas no Ministério do Trabalho e Emprego. (FRUNE, FRUSE, FURCEN, FESUL).

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Florianópolis e Região - SINERGIA, com endereço na Rua Lacerda Coutinho, 149 – Centro - Florianópolis/SC - CEP: 88015-030, no exercício de suas atribuições estatutárias, vem convocar a categoria dos trabalhadores na indústria de energia elétrica, quais sejam, os empregados da – CELESC Distribuição S/A, CGTELETROSUL – Eletrobras Eletrosul Axia Sul S/A, ENGIE Energia S/A, CEREJ - Cooperativa de Prestação de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica Senador Esteves Jr. e São Sebastião Energia S/A, AXS Energia, CSC Energia, STATKRAFT Energias Renováveis S/A, FOZ DO CHAPECÓ Energia S/A, com sua base territorial compreendida pelos municípios de Florianópolis, Biguaçu, Tijucas, São José, Palhoça, São João Batista, Nova Trento, Governador Celso Ramos, Angelina, Canelinha, Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, Alfredo Wagner, Antônio Carlos, Major Gercino, Rancho Queimado e São Pedro de Alcântara, para a Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em 03/07/2026 (segunda-feira), na sede do SINERGIA, situada na Rua Lacerda Coutinho 149, Centro de Florianópolis, às 17h30min em primeira convocação com o número regulamentar de presentes e às 18h, em segunda e última convocação, com qualquer número de presentes, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte: **ORDEM DO DIA** 1. Informes; 2. Alteração Estatutária do SINERGIA para sua adequação a Portaria MTE Nº 3.472, de 4 de outubro de 2023.

Florianópolis, 28 de julho de 2026.

Lucas Henrique da Silva
Coordenador Geral do Sinergia

7ª Parada de Lutas LGBTQIA+ de São José acontece no dia 2 de agosto e reforça defesa da dignidade, dos direitos e da justiça social

“Ponto Final” será lançado na quinta-feira, dia 28 de maio, na Fundação Cultural Badesc, em Florianópolis; entrada é gratuita

A cidade de São José recebe, no próximo domingo, 2 de agosto, a 7ª Parada de Lutas LGBTQIA+ de São José, que neste ano traz como tema “Sem dignidade não há orgulho: Pela vida, direitos e justiça para todas as pessoas LGBTQIA+”.



Crédito: Sintram-SJ

A programação tem início às 13h, com concentração em frente ao CATI de São José, na Avenida Beira-Mar de São José, reunindo artistas, movimentos sociais, sindicatos, coletivos e a comunidade em uma grande mobilização em defesa dos direitos da população LGBTQIA+.

Construída pela classe trabalhadora josefense, com apoio de organizações de toda a Grande Florianópolis, a Parada reafirma seu caráter popular e coletivo. Mais do que um evento de celebração da diversidade, a iniciativa

busca denunciar as violações de direitos enfrentadas diariamente pela população LGBTQIA+, especialmente nas áreas de moradia, saúde, educação e assistência social.

Segundo a organização, a Parada nasce da mobilização de base, das pessoas que vivenciam cotidianamente as desigualdades e lutam por políticas públicas que garantam cidadania, respeito e dignidade.

“A celebração do orgulho é fundamental, mas não podemos falar em orgulho quando tantas pessoas LGBTQIA+ ainda têm seus direitos básicos negados. A Parada é um espaço de visibilidade, resistência e reivindicação por uma sociedade mais justa, onde todas as pessoas possam viver plenamente.”

Além da caminhada, a programação contará com apresentações de DJs, cantores e cantoras, artistas drag, performers e diversas atrações culturais, celebrando a diversidade e fortalecendo a luta por direitos. O line up completo está disponível na página do instagram @paradasaojose. A organização convida toda a população da Grande

Florianópolis a participar da mobilização e reforçar a defesa da democracia, da inclusão e da justiça social. A estimativa de público é de cerca de 5.000 pessoas.

Serviço:

7ª Parada de Lutas LGBTQIA+ de São José/SC

Tema: Sem dignidade não há orgulho: Pela vida, direitos e justiça para todas as pessoas LGBTQIA+

Data: 2 de agosto de 2026 (domingo)

Horário: A partir das 13h

Concentração: Em frente ao CATI de São José, Avenida Beira-Mar de São José

O Sinergia é um dos sindicatos apoiadores da Parada de São José.



Novo tarifaço dos Estados Unidos ameaça empregos, a indústria nacional e a soberania brasileira

As Centrais Sindicais e a IndustriALL Brasil repudiam a nova rodada de tarifas anunciada pelos Estados Unidos contra produtos brasileiros. O ataque ameaça empregos, investimentos e o desenvolvimento industrial, com impactos em todos os setores da economia nacional, atingindo diretamente milhares de trabalhadores e trabalhadoras. Medidas unilaterais dessa natureza desorganizam cadeias produtivas, reduzem a competitividade da economia brasileira e colocam em risco empregos de qualidade. O argumento econômico não se sustenta. Em 2025, o Brasil registrou déficit comercial de US\$ 7,53 bilhões na relação com os Estados Unidos. Ou seja, os norte-americanos exportam mais para o Brasil do que importam do nosso país. Não há desequilíbrio comercial que justifique essa medida. Também nos preocupa que a investigação norte-americana tenha passado a questionar instrumentos e políticas públicas brasileiras, como o PIX. O Brasil tem o direito de desenvolver soluções próprias e inovadoras para seu sistema financeiro. Atacar o PIX é atacar a soberania nacional.

Para as Centrais Sindicais e a IndustriALL Brasil, a política tarifária adotada pelo governo Trump vem sendo utilizada como instrumento de pressão política e econômica para ampliar os interesses estratégicos dos Estados Unidos em diferentes regiões do mundo. O Brasil, detentor de minerais críticos, grandes reservas energéticas e uma indústria estratégica, não pode ser alvo desse tipo de chantagem comercial. Além disso, as referências à política interna brasileira durante o anúncio das medidas reforçam que a decisão ultrapassa a esfera comercial e assume caráter político. Por isso, defendemos que o governo brasileiro mantenha o diálogo e as negociações, sem renunciar aos interesses nacionais, da autonomia de suas instituições e da soberania do país e, ao mesmo tempo, atue para continuar a abrir novos mercados para nossos produtos.

Continuaremos mobilizados na defesa da soberania nacional, da democracia, da indústria brasileira, do livre e justo comércio internacional, dos empregos de qualidade e de um projeto de desenvolvimento que fortaleça a produção, gere renda de qualidade e valorize o trabalho.

São Paulo, 16 de julho de 2026.

Sérgio Nobre, presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores)

Miguel Torres, presidente da Força Sindical

Ricardo Patah, presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores)

Adilson Araújo, presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil)

Sônia Maria Zerino da Silva, presidente da NCST (Nova Central Sindical de Trabalhadores)

Antônio Neto, presidente da CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros)

Nilza Pereira Almeida, secretária-geral da Intersindical Central da Classe Trabalhadora

José Gozze, presidente da Pública Central do Servidor

Aroaldo Oliveira da Silva, presidente da IndustriALL Brasil

LITERATURA

Economista José Álvaro Cardoso lança novo livro em Florianópolis

Autor tem larga história de parceria com a categoria eletricitária catarinense

Nessa quarta-feira, 29 de julho, o economista e professor titular em Economia do Curso de Ciências Contábeis da Universidade de Brusque (SC), José Álvaro Lima Cardoso, vai lançar seu novo livro: “Quem ganha com a Dívida Pública no Brasil? O mecanismo que captura o orçamento nacional, atravessa governos e trava o desenvolvimento”. José Álvaro também é economista do DIEESE, e assessor econômico da Intercel. Também assessorou a Intersul.

O prefácio do livro é de Maria Lucia Fatorelli, coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida (ACD), e apontada como a “maior referência nacional da compreensão da complexa dívida pública e na luta pela sua superação em prol do desenvolvimento nacional”, segundo palavras do próprio autor.

A obra será apresentada ao público a partir das 19h, no auditório do SINTESPE, localizado à Praça Olívio Amorim, 82, no Centro de Florianópolis (SC). O evento é aberto à comunidade.

